**MANUAL PRÁTICO – PARCERIAS ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

DOCUMENTOS EXIGIDOS E PLANO DE TRABALHO

Conforme Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014,

e as regulamentações dispostas nos decretos:

Decreto nº 61.981, de 20/05/2016

[Decreto n° 64.059 de 01/01/2019](https://www.al.sp.gov.br/norma/189125)[Decreto n° 63.724 de 24/09/2018](https://www.al.sp.gov.br/norma/187740)Decreto n° 62.710 de 20/07/2017

Mais: instruções da Secretaria,

conforme o artigo 17 do Decreto nº 61.981/2016.

**Secretaria de Desenvolvimento Econômico**

**Governo do Estado de São Paulo**

**Sumário**

[LISTA DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA PARCERIAS NO ÂMBITO DA LEI 13.019/2014 3](#_Toc96504898)

[LINK PARA A EMISSÃO DAS CERTIDÕES DISPONÍVEIS ON-LINE: 6](#_Toc96504899)

[MODELO PLANO DE TRABALHO 7](#_Toc96504900)

[MODELO PARA DECLARAÇÃO 14](#_Toc96504901)

# LISTA DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA PARCERIAS NO ÂMBITO DA LEI 13.019/2014

* **Obs 1: O modelo para as declarações existentes nesta lista pode ser encontrado na página 14 deste documento.**
* **Obs 2: O campo “Fls” deve ser preenchido pelo servidor com a página onde se encontram os documentos no processo, e o checklist deve ser inserido no sistema Demandas ou Sem Papel antes do envio para análise do gabinete.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **DOCUMENTO/ELEMENTO** | **FLS** | **FUNDAMENTO** |
|  | **PLANO DE TRABALHO** |  |   |
| 1 | Descrição da realidade que será objeto da parceria, demonstrando-se o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas |  | Artigo 22, inciso I da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 2 | Descrição das metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados |  | Artigo 22, inciso II da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 3 | Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria |  | Artigo 22, inciso II-A da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 4 | Formas de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas |  | Artigo 22, inciso III da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 5 | Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas |  | Artigo 22, inciso IV da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 6 | Apresentação de 3 orçamentos para aquisição de equipamentos ou prestação de serviços (se houver) demonstrando a compatibilidade de preços com os do mercado |  |  |
|  | **DEMAIS DOCUMENTOS** |  |   |
| 7 | CRCE - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades |  | Artigo 4º, § 3º, item 1 do Decreto Estadual n. 61.981/2016 |
| 8 | CADIN Estadual – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais |  | Artigo 6º, inciso I, do Decreto Estadual n. 61.981/2016 |
| 9 | CRF – Certificado de Regularidade do Empregador – FGTS (Caixa Econômica Federal) |  | Artigo 34, inciso II, da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 10 | CND - Certidão Negativa de Débitos (Receita Federal) |  | Artigo 34, inciso II, da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 11 | e-CRDA - Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo |  | Artigo 34, inciso II, da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 12 | Certidão de Apenados de Impedimentos de Contrato/Licitação pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  |  | Portaria SUBG-CONS nº 3/2021 |
| 13 | Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP  |  | Artigo 22 da Lei Federal n. 12.846/2013 |
| 14 | Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP  |  | Artigo 5º do Decreto Estadual n. 60.106/2014 |
| 15 | Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIA  |  |   |
| 16 | Demonstração de que a entidade não distribui entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente na consecução do respectivo objeto social |  | Artigo 2º, inciso I, da Lei Federal n. 13.019/2014\*\* Utilizar o modelo presente na página 12 deste documento; |
| 17 | Demonstração de que as finalidades sociais da entidade são compatíveis com o objeto da parceria |  |  \*\* Demonstrar no Plano de Trabalho, e através do modelo presente na página 12 deste documento; |
| 18 | Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto social da entidade e de eventuais alterações ou, em caso de cooperativa, certidão simplificada emitida pela junta comercial |  | Artigo 34, inciso III, da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 19 | Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual |  | Artigo 34, inciso V, da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 20 | Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles; |  | Artigo 34, inciso VI da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 21 | Comprovante de endereço |  | Artigo 34, inciso VII da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 22 | Declaração de que não incide nas vedações do art. 39 da Lei Federal n. 13.019/14; |  | Artigo 39 da Lei Federal n. 13.019/2014\*\* Utilizar o modelo presente na página 12 deste documento; |
| 23 | Abertura de conta bancária **específica para o convênio** no Banco do Brasil, isenta de tarifa |  | Artigo 51 da Lei Federal n. 13.019/2014 |
| 24 | Designação, pelo dirigente máximo da entidade, do responsável pelo controle administrativo e financeiro da parceria, denominado “gestor” |  |  \*\* Utilizar o modelo presente na página 12 deste documento; |
| 25 | Declaração de disponibilidade de reserva de recursos, no caso de o proponente assumir contrapartida |  |  \*\* Utilizar o modelo presente na página 12 deste documento; |
| 26 | Demonstração de que a organização da sociedade civil é regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente: I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; |  | Art. 33 da Lei Federal 13.019/2014\*\* Demonstrar no Plano de Trabalho, e através do modelo presente na página 12 deste documento; |
|  | II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; |  |
| 27 | III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade; |  |
| 28 | IV - possuir:a) no mínimo dois anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ; |  |
| 29 | b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; |  |
| 30 | c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. |  |

# LINK PARA A EMISSÃO DAS CERTIDÕES DISPONÍVEIS ON-LINE:

7. CRCE - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (Cadastro Estadual de Entidades – CEE):

<http://www.cadastrodeentidades.sp.gov.br/>

8. CADIN Estadual – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades sociais (Secretaria da Fazenda):

https://www.fazenda.sp.gov.br/cadin\_estadual/pages/publ/cadin.aspx

9. CRF – Certificado de Regularidade do Empregador – FGTS (Caixa Econômica Federal):

https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp

10. CND - Certidão Negativa de Débito (Receita Federal):

http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSPO/Certidao/CndConjuntaInt er/InformaNICertidao.asp? Tipo=1

11. e-CRDA - Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo:

https://www.dividaativa.pge.sp.gov.br/sc/pages/pagamento/gareLiquidacao.jsf

12. Certidão de Apenados de Impedimentos de Contrato/ Licitação pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>

13. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP:

<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>

14. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP:

<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>

15. Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade-CNCIA:

<https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php>

# MODELO PLANO DE TRABALHO

|  |
| --- |
| **IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE** |
| **Nome da OSC:** |
| CNPJ: | Endereço: |
| Complemento: | Bairro: | CEP: |
| Telefone: (DDD) | Telefone: (DDD) | Telefone: (DDD) |
| E-mail: | Site: |
| **Nome do Responsável Legal da OSC:** |
| E-mail: |
| CPF:  | RG: | Órgão Expedidor: |
| Endereço: |
| **IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA EMENDA** |
| Objeto: ( ) OBRAS E REFORMAS ( ) COMPRA DE EQUIPAMENTOS ( ) CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO  |
| **VIGÊNCIA** | **INÍCIO: do recebimento do recurso** | **TÉRMINO: \_ meses após o recebimento do recurso.**  |
| Local da realização: |  |
| Valor recebido por meio de emenda (sem contrapartida): R$  |
| Valor total do projeto (incluindo o valor da contrapartida, se houver): R$ |

|  |
| --- |
| **IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO:**Designo o seguinte profissional para atuar como Responsável Técnico do projeto: |
| **Nome do responsável técnico do projeto:** |
| Telefone: (DDD) | E-mail: | Endereço: |
| RG: Órgão Expedidor: | Nº do registro profissional: |
| **Nome do tesoureiro responsável do projeto: (se houver):**  |
| Telefone: (DDD) | E-mail: |
| RG: Órgão Expedidor: |

***(Nota****: O Responsável Técnico é a pessoa indicada pela entidade que acompanhará e fiscalizará a execução do projeto, respondendo obrigatoriamente todos os questionamentos desta Secretaria, principalmente esclarecimentos que digam respeito à prestação de contas. Deve ser pessoa completamente envolvida no projeto e seus desdobramentos.*

**Retirar essas notas da versão do Plano de Trabalho a ser entregue a Secretaria.**

1. **HISTÓRICO DO PROPONENTE** (experiências na área; parcerias anteriores; anexar portfólio; currículo de realizações da entidade)

|  |
| --- |
|  |

1. **IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO OBJETO** (com as atividades a serem desenvolvidas)

|  |
| --- |
|  |

1. **JUSTIFICATIVA DO PROJETO** (Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e o projeto e metas a serem atingidas. Qual é a realidade que o projeto irá atuar, e o que efetivamente muda com o projeto proposto).

|  |
| --- |
|  |

1. **PÚBLICO-ALVO e ABRANGÊNCIA DE PÚBLICO**

|  |
| --- |
|  |

1. **OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO**

|  |
| --- |
|  |

1. **METAS REAIS A SEREM ATINGIDAS**

 (Devem ser reais / factíveis, pois no momento da prestação de contas, a OSC deve comprovar que as atingiu – demonstrar as metas quantitativas e qualitativas que almeja atingir).

|  |
| --- |
|  |

1. **PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS**

|  |
| --- |
|  |

1. **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO** (Detalhamento etapas ou fases de execução).

|  |
| --- |
| **ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO*****Marcar “x” nos meses conforme duração de cada etapa.*** |
| **Descrição das etapas** | **Mês 1** | **Mês 2** | **Mês 3** | **Mês 4** | **Mês 5** | **Mês 6** | **Mês 7** | **Mês 8** | **Mês 9** | **Mês 10** | **Mês 11** | **Mês 12** |
|  |  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |   |
|  |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

1. **CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

**OBS: adaptar a tabela ao objeto, excluindo as colunas ou linhas que não se encaixem ao caso concreto.**

|  |
| --- |
| **10.1. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DA SECRETARIA COM A ENTIDADE** |
| **DESCRIÇÃO DO CUSTO** | MÊS 1 | MÊS 2 | MÊS 3 | MÊS 4 | MÊS 5 | MÊS 6 | MÊS X... |
| SERVIÇOS |  |  |  |  |  |  |  |
| MÃO DE OBRA |  |  |  |  |  |  |  |
| MATERIAL |  |  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL/MÊS** |  |  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL GLOBAL:**  |  |
|  | Número de parcelas: |  parcelas |

**OBS: o número de parcelas fica a critério da entidade. Projeto com valores menores recomenda-se a fixação de parcela única.**

**12. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM DESCRIÇÃO DETALHADA DAS DESPESAS DO PROJETO.**

|  |
| --- |
| **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA** |
| Especificação | Descrição detalhada de cada item | Unidade deMedida | Quantidade | ValorUnitário | Valor Total |
| MATERIAL |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  | **Sub total de materiais** | R$ |
| SERVIÇOS |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  | **Sub total de serviços** | R$ |
| MÃO DE OBRA |  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  | **Sub total de mão de obra** | R$ |
|  | **Total geral:** |

**11. REFERÊNCIA DE MERCADO DAS DESPESAS DO PROJETO**

**(Preencher de acordo com o objeto da emenda, e realizar as adaptações necessárias. Excluir do documento o quadro de orçamento que não se aplicar ao caso concreto)**

|  |
| --- |
| **11.1. ORÇAMENTO DE MATERIAIS** **(Anexar Propostas)** |
| **N** | **DESCRIÇÃO** | **QUANT.** | **UNID** | **1º ORÇAMENTO** | **2 º ORÇAMENTO** | **3º ORÇAMENTO** |
| **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| **11.2. ORÇAMENTO DE SERVIÇOS** **(Anexar Propostas)** |
| **N** | **DESCRIÇÃO** | **QUANT.** | **UNID** | **1º ORÇAMENTO** | **2 º ORÇAMENTO** | **3º ORÇAMENTO** |
| **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
| 1 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| **11.3. ORÇAMENTO DE MÃO DE OBRA** **(Mencionar Tabela Referencial de Sindicatos, Etc)** |
| **N** | **DESCRIÇÃO** | **QUANTIDADE** | **UNIDADE** | **ANO DA TABELA REFERENCIAL** | **NOME DO SINDICATO/INSTITUIÇÃO** |
| 1. |  |  |  |  |  |  |
| 2. |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| **11.4. ORÇAMENTO DE SERVIÇOS QUE INEXÍGEM COTAÇÃO DE PREÇO** (ANEXAR TRÊS CÓPIAS DE NOTAS FISCAIS COMPROVANDO O PREÇO)*A utilização deste quadro deve ser em* ***CASOS EXCEPCIONAIS*** *e mediante apresentação de* ***JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE RAZOÁVEL.*** |
| **N** | **DESCRIÇÃO** | **QUANT.** | **UND** | **ÚNICO ORÇAMENTO** | **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE COTAÇÃO DE PREÇO** (explicar O MOTIVO que inviabilidade da competição/concorrência) |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

**14. CONTRAPARTIDA**

|  |
| --- |
| **CONTRAPARTIDA (Preencher apenas se houver. Caso não haja contrapartida, INDICAR QUE NÃO HÁ e *EXCLUIR* ESTE QUADRO.)** |
| Especificação | Descrição detalhada de cada item | Unidade deMedida | Quantidade | ValorUnitário | Valor Total |
| MATERIAL |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  | **Sub total de materiais** | R$ |
| SERVIÇOS |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  | **Sub total de serviços** | R$ |
| MÃO DE OBRA |  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  | **Sub total de mão de obra** | R$ |
|  | **Total geral:** |

**IMPORTANTE:**

1. O plano de trabalho que não preencha todas as informações definidas deste modelo não será aceito. O beneficiário deverá realizar as adaptações necessárias nos campos e tabelas, para adequar o Plano ao caso concreto.

2. Necessário a assinatura com data do responsável legal pela entidade no final e rubrica em todas as folhas.

# MODELO PARA DECLARAÇÃO

(**Usar papel timbrado da entidade)**

À

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Senhor(a) Secretário(a),

Declaramos sob as penas da lei que:

1. A conta bancária aberta no Banco do Brasil, CC. nº\_\_\_\_\_\_\_, AG. nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_é exclusiva para movimentação de recursos desta parceria.
2. Essa Entidade possui reserva de recursos, e será desembolsado o valor \_\_\_\_\_\_\_\_ como contrapartida de forma a complementar o valor atinente a da execução do objeto da parceria (Caso não haja contrapartida, **alterar para:** Não será desembolsado valor de contrapartida).
3. A Organização da Sociedade Civil \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos, portanto não se submetendo às vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019/14 e alterações.
4. A entidade não distribui entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente na consecução do respectivo objeto social, conforme Art. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de seu Estatuto Social.
5. As finalidades sociais da entidade são compatíveis com o objeto da parceria.
6. O dirigente máximo da entidade designa o Sra.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ como gestor da parceria, responsável pelo controle administrativo e financeiro da mesma.
7. Não serão realizadas contratações de empresas(s) pertencentes(s) a parentes até 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigentes da organização da sociedade civil, ou de agentes políticos de Poder ou o Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade.
8. O quadro diretivo da Organização da Sociedade Civil \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_não possui parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental pó respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade;
9. Não serão realizadas despesas atinentes a presente parceria antes da assinatura do respectivo ajuste.
10. A organização da sociedade civil é regida por normas de organização interna que preveem, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, conforme Art. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do Estatuto Social;

II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta, conforme Art. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do Estatuto Social;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme Art. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do Estatuto Social;

(Caso não haja previsão explícita no Estatuto Social, deve ser confeccionada Declaração à parte, assinada pelo responsável pela OSC)

1. A organização da sociedade civil possui:

I - no mínimo dois anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

II - experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

III - instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

1. A Organização da Sociedade Civil \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_cumpre as exigências dos incisos II, III, VI, VII do artigo 34 da Lei nº 13.019/2014 e alterações, e que a documentação pertinente se encontra a disposição do Tribunal de Contas para verificação.

Local e data

***(ASSINATURA)***

**RESPONSÁVEL NOME E CARGO**

Nome da Organização da Sociedade Civil

Ao (À) Exmo (a). Sr. (a)

**Nome do Secretário (a) de Estado de Desenvolvimento Econômico**

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Avenida Escola Politécnica, nº 82, Jaguaré

São Paulo – SP CEP: 05350-000